



By @kakashi_copiador



Estratégia
Concursos



FALE COMIGO



@proftiagozanolla



@proftiagozanolla



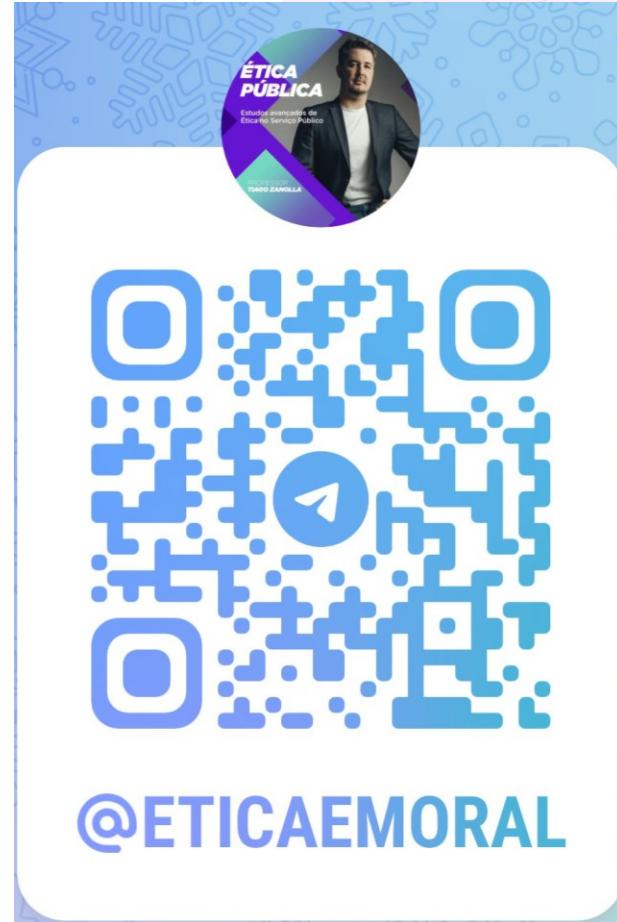
Prof. Tiago Zanolla



Prof. Tiago Zanolla



(45) 9 9106-0658





DECRETO N.º 1.171/1994

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO
CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Prof. Tiago Zanolla

DISPOSIÇÕES GERAIS

ORGANIZAÇÃO DO DECRETO 1.171/1994

DISPOSIÇÕES GERAIS

NATUREZA DO CÓDIGO DE ÉTICA

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO CÓDIGO DE ÉTICA

DISPOSIÇÕES GERAIS

NATUREZA DO CÓDIGO DE ÉTICA

QUESTÕES

(CESPE/2013/Telebrás) No que concerne ao Decreto n.º 1.171/1994, que aprovou o código de ética profissional do servidor público, julgue os itens que se seguem.

As normativas sobre ética são aplicáveis também aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, por força de lei.

QUESTÕES

(CEBRASPE/2015/MPU) Nos órgãos públicos federais, entre os servidores sujeitos à apuração de desvio ético, previsto no Decreto n.º 1.171/1994, não estão incluídos colaboradores terceirizados, como brigadistas e vigilantes.

QUESTÕES

(FUNCAB/2014/PRF) O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) atende à necessidade de criar um sistema de princípios e fundamentos deontológicos que se caracteriza por não se confundir com o regime disciplinar do servidor público previsto nas leis administrativas, fornecendo suporte moral para a sua correta aplicação e cumprimento por todos os servidores.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Pedro é contratado temporariamente por uma Sociedade de Economia Mista para fazer a manutenção das máquinas copiadoras. Pedro é responsável pela troca de peças e consertos em geral. Frequentemente, Pedro substitui peças com defeito por peças usadas em boas condições e as faturas pelo preço de peças novas.

Para fins de apuração do comprometimento ético, a conduta de Pedro é

- a) indiferente, visto que o Código de Ética do Servidor Público aplica-se apenas àqueles devidamente contratados que prestem serviço de natureza permanente a qualquer órgão do poder estatal.

QUESTÕES

- b) indiferente, porque a Sociedade de Economia Mista prevê contratos sem comprovação de valor.
- c) indiferente, porque o contrato entre Pedro e a Sociedade de Economia Mista não veda esse tipo de comportamento.
- d) aética, visto que Pedro é equiparado a um servidor público para fins de apuração do comprometimento ético.
- e) aética, mas não passível de apuração, visto que Pedro presta serviços temporários a uma Sociedade de Economia Mista, onde não se aplica o Código de Ética do servidor público.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2008 - ANP) Tendo como referência o Código de Ética, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, incluídas suas alterações posteriores, bem como as disposições pertinentes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, consolidada com as suas várias alterações posteriores, analise as afirmações a seguir.

- I - O referido código só é aplicável aos servidores efetivos, não vinculando os servidores temporários.
- II - A comissão de ética tem como atribuição fornecer dados, para utilização nos processos de progressão funcional dos servidores.
- III - A formação de uma comissão de ética específica, no âmbito dos diversos órgãos federais, é compulsória.

QUESTÕES

IV- A comissão de ética pode aplicar a pena de suspensão, prevista na Lei nº 8.112, de 1990, considerada sua alteração no referido Decreto.

É(São) verdadeira(s) APENAS a(s) afirmativa(s)

Alternativas

- a) I.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



DECRETO N.º 1.171/1994

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Prof. Tiago Zanolla

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

XVI - Em **todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público,** deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no **tratamento com as pessoas e com o patrimônio público**, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2014 - FINEP) Que tipo de penalidade uma Comissão de Ética relacionada a um órgão ou entidade pública da esfera federal pode aplicar ao servidor público que eventualmente comete um ato considerado contrário à Ética?

- a) Censura
- b) Reclusão
- c) Multa financeira
- d) Perda dos direitos políticos
- e) Perda do vínculo empregatício

QUESTÕES

(CESPE/2013/Polícia Rodoviária Federal) Estará sujeito à penalidade de censura, a qual é aplicada pela comissão de ética, mediante parecer assinado por todos os seus integrantes, o servidor que violar algum de seus deveres funcionais.

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

XVIII - À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

QUESTÕES

(FURB – 2023) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de censura.

(CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Disponível em:
<https://bitlyli.com/USR3U>. Adaptado.)

Isso posto, assinale a opção correta em relação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público:

QUESTÕES

- a) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- b) À Comissão de Ética incumbe fornecer, a qualquer organismo particular, os registros sobre a conduta ética do funcionário, apenas para o efeito de demissão e fundamentação de quaisquer procedimentos próprios ou não da carreira do servidor público.
- c) As Comissões de Ética são integradas por cinco servidores públicos e nenhum suplente, podendo instaurar processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infração, de ofício.
- d) As Comissões de Ética são integradas por dois servidores públicos e por três suplentes de qualquer instância, podendo instaurar processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infração, extra ofício.
- e) As Comissões de Ética são integradas por quatro servidores públicos e por quatro suplentes de qualquer instância, podendo instaurar processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infração, de ofício.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 FINEP) A comissão de ética, prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público, Decreto nº 1.171/1994, é encarregada de

- a) criar novas diretrizes que contribuam para aplicação do Código de Ética do respectivo órgão.
- b) encaminhar cópia dos autos às autoridades competentes quando estas constatarem a possível ocorrência de ilícitos penais ou civis, suspendendo o servidor infrator até o fim do processo judicial.
- c) aplicar a pena de suspensão do servidor público infrator, com fundamentação escrita e assinada por todos os seus integrantes.
- d) transferir o servidor público infrator, com a devida fundamentação.
- e) fornecer os registros sobre a conduta ética dos servidores aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira.

QUESTÕES

(FGV – 2022 – TRT 16) A comissão de ética, prevista no Decreto Federal nº 1171/1994, deve ser, obrigatoriamente, criada em qualquer órgão ou entidade que exerce atribuições delegadas pelo Poder Público, competindo a essa comissão a orientação sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

A comissão de ética, tem capacidade punitiva de aplicar pena de

- a) demissão a servidores.
- b) declaração de inidoneidade.
- c) suspensão.
- d) advertência.
- e) censura a servidores.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, considere as afirmativas abaixo.

- I - O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal aplica-se ao servidor público que preste serviços remunerados de natureza permanente a qualquer órgão do poder estatal.
- II - A Comissão de Ética de cada órgão, ao receber a denúncia contra servidor, deve afastá-lo de suas atribuições até a finalização das investigações.
- III - A Comissão de Ética de cada órgão pode aplicar a pena de censura ao servidor público, com fundamentação escrita e assinada por todos os seus integrantes.

QUESTÕES

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2008 - ANP) Qual das afirmações a seguir está em DESACORDO, com o Código de Ética, Decreto no 1.171, de 22 de junho de 1994, incluídas suas alterações posteriores, e com a Constituição Federal de 1988?

- a) O trabalho de uma comissão de ética pública deve ser pautado pelos princípios constitucionais da administração pública, pelos princípios legais atinentes aos processos administrativos e pelos princípios específicos de sua norma regulamentar constitutiva, dentre outros.
- b) O Código de Ética dispõe que deve haver tratamento cortês e com boa vontade aos administrados.

QUESTÕES

- c) O Código de Ética é aplicável não somente aos servidores públicos, mas também àqueles que sejam, de alguma forma, ligados ao órgão federal, mesmo que excepcionalmente.
- d) Uma comissão de ética pública, após a devida instrução preliminar, pode decidir pela pena de suspensão de um servidor, por falta de urbanidade.
- e) Um cidadão pode dirigir uma petição, com reclamação sobre falta de urbanidade no tratamento recebido em órgão federal



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



DECRETO N.º 1.171/1994

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

Prof. Tiago Zanolla

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

PRIMADOS MAIORES

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

O SERVIDOR JAMAIS PODE DESPREZAR O ELEMENTO ÉTICO

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, **não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal**, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

A FUNÇÃO PÚBLICA SE INTEGRA NA VIDA PRIVADA

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são **primados maiores** que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

VI - A **função pública deve ser tida como exercício profissional** e, portanto, se **integra na vida particular** de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada *poderão* crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

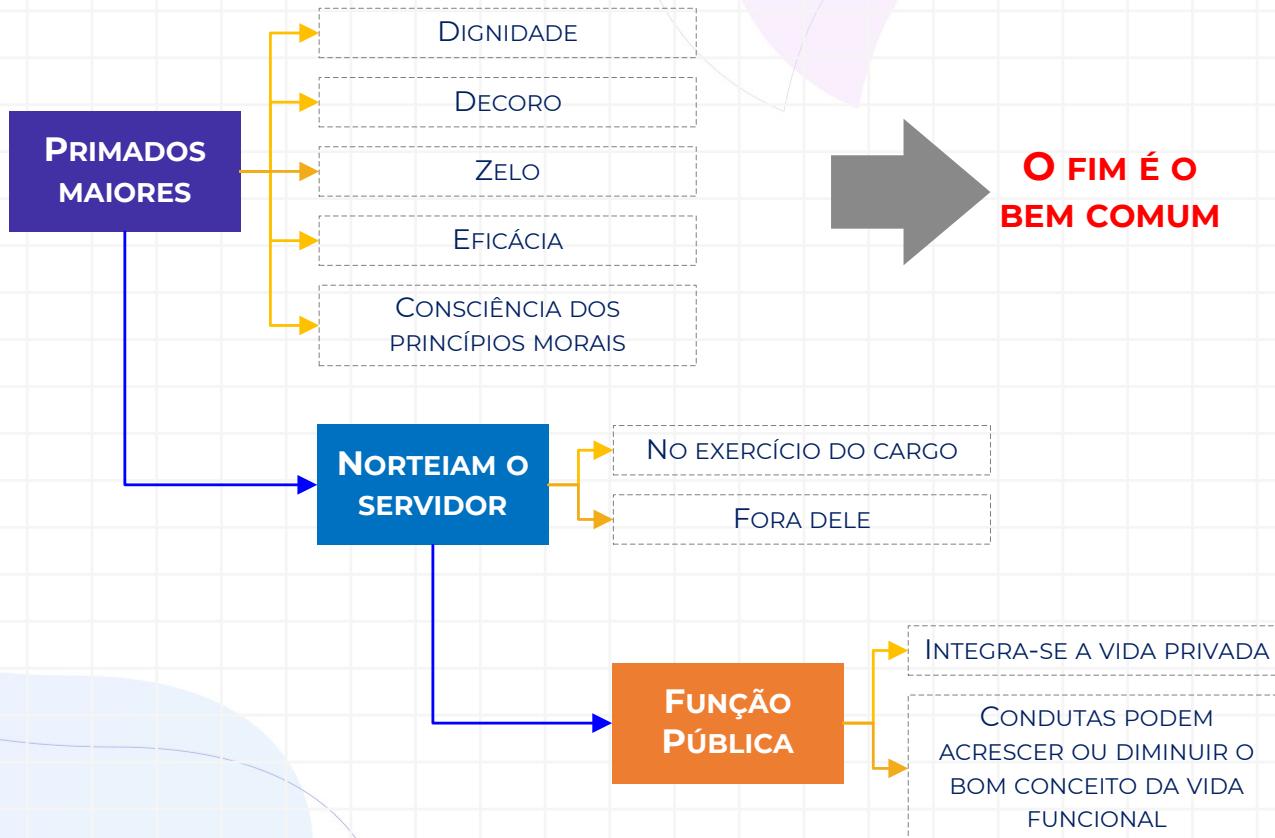
SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

O FIM É SEMPRE O BEM COMUM

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

III - A **moralidade** da Administração Pública **não se limita à distinção entre o bem e o mal**, devendo ser acrescida da ideia de que **o fim é sempre o bem comum**. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS



QUESTÕES

(FAURGS – 2023 – IF Farroupilha) De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é INCORRETO afirmar que é primado maior e deve nortear o servidor público o(a):

- a) Pessoalidade.
- b) Zelo.
- c) Eficácia.
- d) Decoro.
- e) Dignidade.

QUESTÕES

(QUADRIX – 2023) A função pública do servidor público é o seu exercício profissional, razão pela qual sua vida particular não a integra.

QUESTÕES

(CEBRASPE/2019/PRF) A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

No estrito exercício de sua função, o servidor público deve nortear-se por primados maiores — como a consciência dos princípios morais, o zelo e a eficácia —; fora dessa função, porém, por estar diante de situação particular, não está obrigado a agir conforme tais primados.

QUESTÕES

(CEBRASPE – 2022 – INSS) O servidor público não poderá, em hipótese alguma, desprezar o elemento ético da sua conduta. Assim, ele não terá apenas que decidir entre o legal e o ilegal, o conveniente e o inconveniente, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, à luz das regras constitucionais.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO) J é servidor público federal e busca praticar os seus atos obediente às regras de conduta estabelecidas pelo Decreto nº 1.171/1994. Nos termos do referido Código de Ética Profissional, a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.

Nesse contexto, o que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo será o equilíbrio entre a legalidade na conduta do servidor público e a sua

- a) finalidade
- b) ideologia
- c) capacitação
- d) articulação
- e) perspectiva

QUESTÕES

(CEBRASPE/2018/SEFAZ-RS) Além da distinção entre lícito e ilícito, a moralidade da administração pública também abrange a ideia de que a finalidade dos seus atos deve ser sempre o

- a) justo.
- b) equilíbrio.
- c) honesto.
- d) bem comum.
- e) ético.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR É CUSTEADA POR TRIBUTOS

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

IV- A remuneração do servidor público é **custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos**, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

TRABALHO DO SERVIDOR

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como **acrédito ao seu próprio bem-estar**, já que, como cidadão, integrante da sociedade, **o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.**

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

DIREITO A VERDADE

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

VIII - **Toda pessoa tem direito à verdade.** O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

PUBLICIDADE DOS ATOS

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, **a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade**, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

QUESTÕES

(COSEAC – 2023) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

QUESTÕES

(FCM – 2023) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos indiretamente por quase todos, excetuado o próprio servidor.

QUESTÕES

(FUNDATEC – 2023) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

DANO MORAL AO USUÁRIO

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS



SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO) K, cidadão no pleno exercício dos seus direitos políticos, requereu a um certo órgão público o reconhecimento de determinado benefício a que, no seu entender, faria jus. Ao procurar informações no órgão competente, recebeu a notícia de que seu requerimento tinha grande probabilidade de ser deferido, embora o agente público que havia fornecido tal informação já tivesse ciência de que houvera o seu indeferimento.

Nesse caso, consoante as normas do Decreto nº 1.171/1994, o tal agente público que prestou essa informação a K violou o direito à

- a) capacidade
- b) existência
- c) verdade
- d) fraternidade
- e) ambiência

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. **Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.** Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a ***todos os homens de boa vontade*** que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerce suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente **grave dano moral** aos usuários dos serviços públicos.

QUESTÕES

(CEBRASPE/2018/SEFAZ-RS) Servidor público que, no exercício do cargo, tratar mal um contribuinte, sob o ponto de vista das regras atinentes à ética no serviço público, praticará

- a) ato ilegal.
- b) ato injusto.
- c) ato gerador de dano moral.
- d) conduta de má-fé.
- e) conduta atentatória à cidadania.

QUESTÕES

CESGRANRIO - 2014 - CEFET RJ) Um servidor público que prima pela correção no seu trabalho, sendo disciplinado e atencioso, é convidado a chefiar uma repartição pública composta por numerosos servidores que têm por objetivo principal o atendimento ao público, com o encaminhamento das questões aos órgãos competentes. Uma das preocupações desse servidor público está relacionada à excessiva quantidade de pessoas que permanece em pé, nas filas que se formam, pela manhã, na porta da repartição onde atua.

Procurando resolver tal problema, esse servidor está cumprindo um dos deveres fundamentais inscritos no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal que consiste em:

- a) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.

QUESTÕES

- b) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- c) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações demoradas.
- d) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- e) ser probó, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

CUMPRIMENTO DE ORDENS

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

XI - O servidor deve prestar toda a sua **atenção às ordens legais de seus superiores**, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, **evitando a conduta negligente**. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

QUESTÕES

(CEBRASPE/2018/PC-MA) Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios por parte do servidor público tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e podem caracterizar negligência no desempenho da função pública, mas não imprudência.

QUESTÕES

(CESPE/2012/TJ-RR) O servidor público deve atentar para as ordens de seus superiores, cumprindo-as sempre, sem hesitação e contestação, pois é o que recomenda um dos princípios éticos referentes à função pública.

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

ASSIDUIDADE

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

SEÇÃO I - DAS REGRAS DEONTOLOGICAS

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2014 - CEFET RJ) De acordo com as regras deontológicas constantes do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de

- a) atitude individual sem ressonância coletiva
- b) desconforto momentâneo para o administrado
- c) desmoralização do serviço público
- d) reparação justa por parte do cidadão
- e) desinformação do servidor faltoso

QUESTÕES

(CEBRASPE/2015/DEPEN) As decisões tomadas por um servidor com base no código de ética profissional do servidor público devem ser pautadas na legalidade, moralidade, conveniência e oportunidade, ao passo que aspectos subjetivos da personalidade dos indivíduos, como honestidade e desonestidade e o bem e o mal, não são passíveis de apreciação.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) João Paulo, cidadão brasileiro, foi maltratado em um órgão público do Executivo Federal. O servidor público que o atendeu não foi solícito e nem tentou ajudá-lo a encontrar a informação desejada. O servidor justificou sua atitude dizendo que aquela não era sua função e que não tinha a obrigação de fazer o trabalho de outro servidor que se encontrava de licença.

Em vista do ocorrido, João Paulo deve

- a) aguardar o retorno do funcionário responsável pela área específica, visto que não pode denunciar o servidor apenas porque foi maltratado.
- b) denunciar à Comissão de Ética do respectivo órgão o servidor que agiu de modo aético ao ser descortês e não buscar agilizar o trabalho de seu setor.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Dentre as regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, destaca-se o(a)

- a) dever de garantir a publicidade de todo e qualquer ato administrativo, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum.
- b) dever de exercer suas funções com cortesia e boa vontade, sob pena de causar dano moral ao cidadão maltratado.
- c) dever de exercer sua função pública com zelo e dignidade, sendo sua vida privada independente do seu bom conceito na vida funcional.
- d) obrigação de decidir não apenas entre o legal e o ilegal, mas entre o honesto e o desonesto, consoante os valores éticos que cada indivíduo possui.
- e) obrigação de dizer a verdade, salvo quando contrária aos interesses da pessoa interessada ou da Administração Pública.



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



DECRETO N.º 1.171/1994

SEÇÃO II - DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Prof. Tiago Zanolla

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

- a) **desempenhar, a tempo**, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;
- b) exercer suas atribuições com **rapidez, perfeição e rendimento**, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerce suas atribuições, com o fim de **evitar dano moral ao usuário**;
- I) ser **assíduo e frequente ao serviço**, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;
- r) cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, **com critério, segurança e rapidez**, mantendo tudo sempre em boa ordem.

QUESTÕES

(IESES – 2022) Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerce suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.

(CEBRASPE – 2015 - MPU) Toda ausência injustificada, exceto em casos de saúde e óbito familiar, é fator de desmoralização do serviço público por gerar ineficiência dos processos.

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

- c) ser **probo, reto, leal e justo**, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções a **melhor e a mais vantajosa para o bem comum**;

- d) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

QUESTÕES

(QUADRIX - 2021 - CRBM-4) Suponha-se que Mauro seja um servidor público. Nesse caso, é correto afirmar que, entre os deveres fundamentais que Mauro deverá observar, estão o de ser probó, reto, leal, justo e ético, escolhendo, sempre que possível, a opção mais vantajosa para o bem comum.

(QUADRIX – 2020 – CREFONO 14) A conduta ética do servidor público não pode extrapolar a escolha entre o bem e o mal, não se devendo levar em consideração o atendimento do interesse coletivo ou do bem comum no exercício da função pública.

QUESTÕES

(VUNESP - 2023 - CAMPREV-SP) São deveres fundamentais do servidor público:

- a) desempenhar, com formação profissional, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- b) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- c) retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- d) tratar tempestivamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- e) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se financiam na adequada prestação dos serviços públicos.

QUESTÕES

(CONSULPLAN - 2019 - MPE-PA) Acerca da prestação de contas, considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, em sua Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público, XIV – Deveres fundamentais do servidor público, a prestação de contas é uma condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo. Sobre a prestação de contas, o servidor deverá:

- a) Prestar contas entre 1 e 5 dias após o evento.
- b) Jamais retardar qualquer prestação de contas.
- c) Prestar contas entre 1 e 10 dias após o evento.
- d) Prestar contas em, no máximo, 15 dias após o evento.

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

- e) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- g) ser **cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção**, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
- p) apresentar-se ao trabalho com **vestimentas adequadas** ao exercício da função;
- t) exercer com **estrita moderação as prerrogativas funcionais** que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

QUESTÕES

(QUADRIX - 2021 - CORE-PR) Não se pode exigir que o servidor público seja cortês e cuidadoso no trato com os cidadãos, pois suas características pessoais são intrínsecas e desvinculadas da atividade pública.

(CEBRASPE - 2014 - TC-DF) Altair, chefe de uma repartição pública, alertou um dos funcionários de seu setor que suas vestimentas não eram adequadas para o ambiente de trabalho. Nessa situação, a conduta de Altair feriu a ética profissional dos servidores, uma vez que desrespeitou a intimidade de outro servidor.

QUESTÕES

(IBADE - 2022) São deveres fundamentais do servidor público:

- I – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa apenas para ele.
- II – retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- III – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- IV – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

QUESTÕES

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

QUESTÕES

(OBJETIVA - 2023) São deveres fundamentais do servidor público, EXCETO:

- a) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- b) Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- c) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- d) Ser improbo, reto, leal e injusto, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

- f) ter consciência de que seu **trabalho é regido por princípios éticos** que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;
- i) **resistir a todas as pressões** de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
- u) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com **finalidade estranha ao interesse público**, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- m) comunicar **imediatamente** a seus superiores todo e qualquer **ato ou fato contrário ao interesse público**, exigindo as providências cabíveis;
- h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Maria, servidora pública civil do Poder Executivo Federal, está passando por sérias dificuldades financeiras desde que ficou viúva. Resolveu então fazer uma rifa, entre seus colegas de trabalho, de um laptop recebido como presente de aniversário. A conduta de Maria é

- a) correta, tendo em vista que a solidariedade entre colegas de trabalho deve ser estimulada.
- b) correta, uma vez que a 'rifa' é uma prática corriqueira.
- c) aceitável, desde que ela cumpra suas funções e não atrapalhe os demais colegas.
- d) aética, porque a rifa é um jogo de azar.
- e) aética, porque a finalidade de tal conduta é estranha ao interesse público.

QUESTÕES

(CEBRASPE - 2023) Teresa, servidora pública civil do Poder Executivo federal, estava passando por sérias dificuldades financeiras. Incentivada por colegas de trabalho, ela resolveu vender, no seu local de trabalho, uma rifa para sorteio de uma cesta de produtos de beleza, tendo em vista que outros colegas de trabalho também vendiam produtos como cosméticos, perfumes, joias, nunca tendo sido advertidos. Nessa situação, a conduta de Teresa e dos outros colegas de trabalho é aética, porque apresenta finalidade estranha ao interesse público.

(CEBRASPE – 2018 - MPU) Não descumpe o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

- j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da **defesa da vida e da segurança coletiva**;
- n) **manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho**, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;
- o) **participar dos movimentos e estudos** que se relacionem com a **melhoria do exercício de suas funções**, tendo por escopo a **realização do bem comum**;
- s) **facilitar a fiscalização** de todos atos ou serviços por quem de direito.
- q) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinente ao órgão onde exerce suas funções;
- v) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

QUESTÕES

(QUADRIX- 2022) O agente público deverá zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

(QUADRIX- 2023) O zelo pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva é um dever fundamental do servidor público, salvo no exercício do direito de greve.

(CEBRASPE – 2018 - EBSERH) É dever do servidor público facilitar a fiscalização de serviço público cuja prestação esteja sob sua responsabilidade.

QUESTÕES

(UFMA - 2023) De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta quanto aos principais deveres do servidor público:

- a) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, mesmo que, para isso, for necessária a utilização de métodos não convencionais
- b) desempenhar, a qualquer tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- c) retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- d) apresentar-se ao trabalho com vestimentas que se sentir à vontade para o exercício da função.
- e) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.

QUESTÕES

CESGRANRIO - 2011 - FINEP) São deveres fundamentais do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, EXCETO

- a) ser probó, reto, leal e justo, sempre escolhendo a opção mais vantajosa para o bem comum.
- b) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- c) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos que visem a obter favores ou vantagens indevidas, mesmo quando parecerem mais vantajosas para o bem comum.
- d) utilizar o seu bom-senso para comunicar a seus superiores os casos de condutas aéticas ou contrárias ao interesse público.
- e) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



FALE COMIGO



@proftiagozanolla



@proftiagozanolla



Prof. Tiago Zanolla



Prof. Tiago Zanolla



(45) 9 9106-0658



DECRETO N.º 1.171/1994

SEÇÃO III - DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Prof. Tiago Zanolla

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - E vedado ao servidor público;

- a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer **favorecimento, para si ou para outrem**;
- d) usar de **artifícios para procrastinar ou dificultar** o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
- j) desviar servidor público para **atendimento a interesse particular**;
- l) **retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado**, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;
- m) fazer **uso de informações privilegiadas** obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Vitor, servidor público do alto escalão do Executivo Federal, é superior hierárquico de Joaquim, também servidor. Diversas vezes, Joaquim flagrou Vitor usando sua função para obter favorecimentos pessoais.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Joaquim deve

- a) denunciar seu chefe ao Conselho de Ética de seu respectivo órgão.
- b) denunciar seu chefe aos órgãos judiciários competentes, visto que a Comissão de Ética de seu órgão não tem competência para punir servidores do alto escalão.
- c) denunciar publicamente seu chefe para garantir que não sofrerá represálias.
- d) respeitar a hierarquia funcional e não comentar o ocorrido com ninguém, visto que as ações de seu chefe não tipificam nenhum crime.
- e) solicitar transferência de órgão ou função para não ser conivente com as ações duvidosas de seu superior hierárquico.

QUESTÕES

(CEBRASPE – 2018 - IPHAN) Conforme o Decreto n.º 1.171/1994, é vedado ao servidor público civil do Poder Executivo federal atrapalhar ou impedir o exercício regular de direito por qualquer pessoa.

QUESTÕES

(CEBRASPE- 2015 - DEPEN) SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Lucas, servidor público, por não ter conseguido finalizar o trabalho durante o expediente, levou para casa livros e documentos relacionados a um processo sigiloso que estava analisando. A fim de comunicar o fato a seu superior, Lucas escreveu-lhe um bilhete informando o ocorrido. ASSERTIVA: Nessa situação, Lucas poderá sofrer penalidade administrativa, ainda que sua intenção tenha sido a de terminar o trabalho em tempo hábil.

QUESTÕES

(CEBRASPE - IPHAN) É proibido ao servidor público utilizar de notícia obtida em razão do exercício de suas funções em proveito próprio ou de terceiros.

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - E vedado ao servidor público;

- b) prejudicar deliberadamente a **reputação** de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;
- c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, **conivente com erro** ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;
- f) **permitir** que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;
- i) **iludir ou tentar iludir** qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

QUESTÕES

(CEBRASPE – 2018 - MPU) Uma das regras deontológicas que regem a conduta dos servidores públicos federais é o espírito de solidariedade, conforme o qual se espera que o servidor seja complacente em caso de erro ou infração, pois a superação de falhas representa uma oportunidade para o engrandecimento profissional dos servidores públicos.

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - E vedado ao servidor público;

g) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - E vedado ao servidor público;

h) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

XV - E vedado ao servidor público;

- e) deixar de utilizar os **avanços técnicos e científicos** ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
- n) apresentar-se **embriagado** no serviço ou fora dele habitualmente;
- o) dar o seu concurso a qualquer instituição que **atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana**;
- p) exercer atividade profissional **aética** ou ligar o seu nome a **empreendimentos de cunho duvidoso**.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2016 - TRPDACGN) As regras éticas adotadas no serviço público devem ser aplicadas no âmbito do trabalho e, em determinadas situações, fora dele, tendo em vista a repercussão que alguns atos têm no serviço desempenhado e na boa imagem da Administração Pública.

Como exemplo de ato que NÃO deve ser admitido fora de serviço, nos termos do Decreto nº 1171/1994, que estabelece o Código de Ética Profissional do Serviço Público, está a

- a) atuação descortês
- b) procrastinação de direitos
- c) embriaguez habitual
- d) conivência com erro
- e) ausência de utilização de avanços técnicos

QUESTÕES

(OBJETIVA - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, qual o comportamento CORRETO que o servidor deve ter em seu ambiente de trabalho?

- a) Utilizar-se do seu cargo para obter favorecimento para si ou para familiares.
- b) Realizar suas atividades de forma idônea e isenta para o bom andamento do serviço público.
- c) Utilizar artifícios com a finalidade de procrastinar a entrega do trabalho solicitado.
- d) Prejudicar a reputação de outros servidores, apenas porque não gosta deles.

QUESTÕES

(FUNDATEC - 2023) Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () É vedado ao servidor público prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores.
- () Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos é vedado ao servidor público.
- () Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister é dever fundamental do servidor público.

QUESTÕES

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – F – V.
- e) F – V – F.

QUESTÕES

(FUNDEP - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, é vedado ao servidor público, exceto:

- a) Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
- b) Apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- c) Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
- d) Utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- e) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

QUESTÕES

(CESGRANRIO 2010 - IBGE) A respeito do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as assertivas abaixo.

- I - É dever do servidor retirar da repartição pública os documentos necessários ao cumprimento de suas funções, quando não puder finalizá-las no horário do expediente administrativo.
- II - É vedado ao servidor público alterar ou deturpar o teor de documentos que devam ser encaminhados para providências.
- III - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se confunde com a vida particular de cada servidor público, pois os fatos e atos verificados na conduta privada do agente público não podem repercutir sobre o seu bom conceito na vida funcional.

QUESTÕES

É (São) correta(s) APENAS a(s) assertiva(s),

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2009 - MEC) Analise os itens que se seguem, relativos aos deveres fundamentais do servidor público.

- I - Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- II - Omitir a verdade sobre fato para beneficiar o cidadão.
- III - Ser eficiente no cumprimento de suas tarefas sem ter que estar regularmente presente ao local de trabalho.
- IV - Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.

QUESTÕES

De acordo com o Decreto no 1.171/1994, correspondente ao Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estão corretos APENAS os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2008 - CEF) Considerando o padrão ético a ser observado pelo servidor público do Poder Executivo Federal, pode-se afirmar que a este:

- I - é vedado o uso de amizades para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;
- II - compete facilitar a fiscalização de seus atos, por quem de direito;
- III - é vedado permitir que antipatias pessoais interfiram no trato com o público;
- IV- compete cumprir, sem questionamento, as instruções recebidas de seus superiores hierárquicos, ainda que, segundo seu julgamento, sejam estas contrárias às normas legais.

QUESTÕES

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



Estratégia
Concursos



FALE COMIGO



@proftiagozanolla



@proftiagozanolla



Prof. Tiago Zanolla



Prof. Tiago Zanolla



(45) 9 9106-0658